



**Colloque international Economie sociale et solidaire dans
un contexte de multiculturalité, diversité et
développement territorial – UNC / Université Blaise
Pascal – Mendoza (Argentine), les 15, 16 et 17 Avril 2015**

**Os pressupostos da economia solidária e seus aprendizados:
estudo de caso da Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma – SC -
Brasil¹**

**ESTEVAM, Dimas de Oliveira
BREMBATI, Rafaela
LANZARINI, Joelcy José Sá
SALVARO, Giovana Ilka Jacinto**

Axe thématique: 3- La ESS y el Desarrollo

Appartenance institutionnelle: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Courriel: doe@unescc.net

Resumo

O presente artigo tem como objetivo estudar a relação entre os pressupostos da economia solidária e seus aprendizados, mais especificamente o caso da Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma/SC - Brasil. A Nosso Fruto se caracteriza por uma cooperativa descentralizada, que representa um novo modelo de organização, diferentemente do modelo tradicional de cooperativa, principalmente pelo fato de que para a sua constituição não ser necessário espaço físico e grande investimento em capital, pois seus membros utilizam as próprias propriedades para produzir, cabendo a cooperativa, a função de organizar e formalizar coletivamente a produção e a comercialização dos/as cooperados/as. O objetivo do artigo foi estudar se os/as associados/as da Nosso Fruto praticam os pressupostos da economia solidária. A metodologia utilizada na pesquisa foi bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa. Para atingir aos objetivos foram entrevistados vinte dos/as oitenta e um/a associados/as da Cooperativa Nosso Fruto. Pode-se constatar que este modelo de cooperativa promove o desenvolvimento socioeconômico dos/as agricultores/as familiares, proporcionando melhora na qualidade de vida e possibilitando a continuarem no meio rural. Verificou-se que mesmo sem conhecerem os pressupostos da economia solidária, os mesmos são praticados entre os/as cooperados/as.

Palavras-chave: Economia solidária, cooperativismo, cooperativas descentralizadas.

1. INTRODUÇÃO

¹ O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Economia, realizado por de Rafaela Brembati, no ano de 2013.

A Economia solidária, na perspectiva de Singer e Souza (2003) refere-se ao modo de organizar as atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito, almejando contemplar as igualdades de direitos entre os que se engajam nestas atividades. Os Empreendimentos Solidários (EESs), para Singer (2002), são autogestionários, significa dizer que as decisões são tomadas por todos os membros ou pessoas eleitas que os representam; portanto, a economia solidária é essencialmente associativa e todos os/as sócios/as participam do processo de decisão, sendo incompatíveis as relações assimétricas, como ocorrem nas relações entre patrões e empregados.

Neste sentido, a presente pesquisa visa refletir sobre a configuração da economia solidária, tendo como base fundamentações teóricas de autores distintos (Arroyo e Schuch, 2006; Gaiger, 2004; Lisboa, 2005; Singer e Souza, 2003; Singer, 2002; entre outros/as), enfatizando o contexto histórico. Tendo como pressuposto de que a economia solidária é fomentadora de outra economia, mais justa e fraterna, organizadas coletivamente, através de EESs. Esta pesquisa busca compreender como esta forma de economia que nasce com a premissa da autogestão, da cooperação, da autonomia econômica que surge a partir do reconhecimento das imperfeições do mercado capitalista acontece numa cooperativa.

Na região em estudo (Sul do Estado de Santa Catarina - Brasil), os/as agricultores/as familiares comercializavam sua produção em feiras locais e no comércio em geral, com o tempo tiveram que abandonar suas atividades devido a informalidade, pois quando tentavam comercializar a produção era apreendida pelos órgãos fiscalizadores, tendo que responder criminalmente por tais atos ilegais. Entre outras questões, no final dos anos de 1990, as feiras na região foram extintas.

Neste contexto, os/as agricultores/as familiares tinham poucas saídas, ou se tornavam integrados/as das agroindústrias ou abandonavam suas atividades e migravam para as cidades. A legislação fiscal e sanitária é desfavorável a pequena produção agropecuária. Alguns/mas agricultores/as tentarem sair da informalidade individualmente, mas os custos operacionais com a formalização inviabilizavam qualquer tentativa (Estevam et al., 2012).

O desafio era como sair da informalidade, produzindo em pequena em pequena escala produtos diversificados? E produzir coletivamente, em propriedades rurais distantes umas das outras? Diante desta situação, pensar numa cooperativa nos moldes tradicionais estava fora de propósito, por não se adaptar a esta realidade (Estevam et al, 2012).

A forma encontrada foi a organização em cooperativas descentralizadas. Essas cooperativas se diferenciam das tradicionais por não ter a necessidade de se investir em patrimônio. O/a cooperado/a formaliza o seu empreendimento junto a cooperativa, através de

uma cessão em comodato (contrato) do empreendimento individual à cooperativa. Desta maneira a cooperativa funciona como se fosse um “guarda-chuva protetor”; ou seja, um abrigo jurídico, um meio de produzir e vender os produtos formalmente através da cooperação (Estevam; Mior, 2014).

A primeira cooperativa descentralizada na região Sul catarinense foi a Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza), criada no ano de 2004. Fundada na Região por um grupo de agricultores familiares (ex-feirantes) do município de Nova Veneza – SC, contando com o apoio da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal (Estevam et al., 2011).

Desta iniciativa, outras foram surgindo nos municípios vizinhos, atualmente, já são mais de trinta cooperativas descentralizadas na região sul catarinense. A Cooperativa “Nosso Fruto” foi criada no dia 09 de Setembro de 2004, com sede administrativa no bairro São Luis, município de Criciúma/SC. A área de abrangência da Nosso Fruto, para efeito de admissão de associados/as é o sul catarinense, mas a maioria dos/as sócios/as se concentra no município sede (Estatuto, 2004).

Diante disto, o objetivo do artigo foi estudar se os/as associados/as da Nosso Fruto praticam os pressupostos da economia solidária. O procedimento metodológico utilizado, na pesquisa, foi a bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa, através da coleta de informações primárias por meio de entrevistas. O universo desta pesquisa foi formado pelos/as cooperados/as da Nosso Fruto, em que foram entrevistados/as vinte dos/as oitenta e um cooperados/as. Para escolha dos/as entrevistados/as, os critérios foram os seguintes: dezenove não se conseguiu contato, vinte oito estavam sem tempo para responder o questionário, dois estavam viajando, doze não foram procurados por residirem em outros municípios e vinte se disponibilizaram a participar da pesquisa.

O presente artigo está estruturado em três partes, iniciando pela introdução, seguido pela discussão sobre economia solidária e cooperativismo, na sequência a apresentação e análise dos dados e, por fim, a conclusão.

2 A TRAJETÓRIA E PRESSUPOSTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária surgiu na Europa no século XIX, com o movimento sindicalista, impulsionado por socialistas que buscavam melhores condições de vida, como alternativa aos problemas sociais gerados pela revolução industrial. Foi uma reação dos trabalhadores ao

assombroso empobrecimento decorrente da difusão de máquinas e da organização fabril da produção. Nesta época, já se percebia que a exploração nas fábricas não tinha limites legais, o que ameaçava a reprodução biológica do proletariado (Singer, 2002).

Neste período, na Inglaterra, industriais mais esclarecidos começaram a pressionar os governantes para criação de leis protetoras para os trabalhadores. Como foi o caso de Robert Owen, no entanto, suas ideias não foram aceitas, desiludido com o governo inglês, partiu para os EUA com a intenção de implantar aldeias cooperativas. No estado americano de Indiana foi fundada a primeira aldeia cooperativa experimental que se tem registro. A experiência não foi bem sucedida, mas serviu de inspiração para a criação de 18 comunidades semelhantes (Singer, 2002).

Inspirados nos ideais cooperativistas de Owen, alguns de seus seguidores criaram sociedades cooperativas por várias partes do mundo, a maioria delas provinham de sindicatos. A concepção cooperativista de Owen estava relacionada com a luta de classes, o owenismo foi assumido, posteriormente pelo cooperativismo. Ou seja, Robert Owen foi o primeiro a organizar cientificamente o cooperativismo, enfrentou derrotas e fracassos, mesmo assim, continuou divulgando sua filosofia, como forma de reduzir a pobreza. (Motta et al., 1987).

Esta foi à origem histórica da economia solidária, segundo Singer (2002), em seu momento inicial surge através do “cooperativismo revolucionário”. Estes são os laços que unem a economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Desta forma, não se pode negar que o cooperativismo recebeu a inspiração fundamental, “a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro” (Singer, 2002: 38).

Construir esta outra economia depende da disposição de aprender e experimentar, da adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e de uma democracia, depende também da disposição das pessoas em seguir estes princípios (Singer, 2002). O diferencial na economia solidária, para Lisboa (2005), está na ideia da solidariedade no centro da atividade econômica. O termo solidariedade não pode se resumir somente a um mero adjetivo, trata-se do foco central, a lógica econômica. Conforme Singer (2002), a economia solidária foi idealizada para ser uma alternativa superior ao capitalismo, criada para que às pessoas que a abracem, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor.

Cabe ressaltar, ainda, sobre o conceito de solidariedade, Laville (2009: 310), apresenta dois projetos distintos: a chamada “solidariedade filantrópica” que remete “à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns com os outros voluntariamente”. Neste conceito, a solidariedade centra-se na “questão da

urgência” e na preservação da paz social, que tem por objetivo o alívio dos pobres e sua moralização por meio do emprego de ações paliativas, perpetuando as desigualdades. A segunda maneira descrita por Laville (2009: 310) é a versão da “solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas”, que se baseia na “ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangenciando, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social”. Este projeto se empenha em consolidar a democracia política através da democracia econômica e social.

Em relação a autogestão, segundo Singer (2002), o tema não deve ser tratado, apenas, como uma modalidade técnica de organização e administração, tem que ser um conjunto de práticas e saberes orientadores dos princípios e valores (solidariedade, igualdade, cooperação, autonomia, participação, democracia, viabilidade econômica, responsabilidade social, etc.), que devem ser realizados no conjunto das relações sociais e, deste modo, constituir-se num processo de emancipação coletiva. Gaiger (2008), complementa ao afirmar que EESs devem se caracterizar pelos princípios da equidade, participação, que procuram colocá-los em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática.

Finalmente, a Economia Solidária, conforme FBES (2015), representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular; a economia solidária é um instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Desta maneira, destaca-se que a Economia Solidária é uma prática regida por valores diferenciados da economia capitalista, onde a autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, sustentam a proposta de um projeto de desenvolvimento local, sustentável, global e coletivo. (Souza; Sanches, 2015).

No Brasil, a economia solidária deu grande salto a partir da criação do Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no início do governo Lula. A economia solidária cresceu e se expandiu através de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de economia solidária, entre outras. (Brasil, 2013).

Contudo, antes de abordar a pesquisa propriamente, é necessária uma apresentação, ainda que breve, uma diferenciação entre cooperativismo tradicional e as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina e a sua relação com a economia solidária.

2.1 Cooperativismo tradicional e as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina - Brasil

O cooperativismo tradicional está presente nas atividades rurais relacionada a produção de *commodities* e de grande escala, inseridos no mercado internacional e suas atividades são realizadas dentro da lógica produtivista. Nestas cooperativas, a gestão do empreendimento se orienta por indicadores de eficiência econômica, otimização dos resultados, entre outros (Eid; Chiariello, 2007).

No Brasil, estas cooperativas foram utilizadas como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico e, também, como instrumento de mudança social. Muitos autores remetem à dupla face – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social (Rios, 1989).

O cooperativismo rural brasileiro, para Schneider (1981), tem procurado harmonizar as dimensões econômicas e sociais vinculadas ao processo de desenvolvimento, independentemente das condições estruturais concretas. Segundo Rios (1989), embora a fórmula organizacional cooperativa tenha se generalizado, cada experiência se desenvolve, conforme o regime econômico-político, pelo estágio tecnológico, pela capacidade organizativa e pela ação dos sujeitos. Schneider (1981) destaca que ao se avaliar cooperativas, é preciso considerar o seu contexto sócio-histórico, e que, apesar dos incentivos estatais, o cooperativismo rural desenvolveu-se de modo seletivo em determinadas regiões e setores agropecuários. O sistema cooperativista opera dentro de um marco de mudanças “permitidas” que, do ponto de vista estrutural, são necessariamente marginais. Por isso, “continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo” (Schneider, 1981: 31).

O surgimento do movimento cooperativista no Brasil, segundo Rios (1989), foi uma adaptação mecânica de normas adotadas do cooperativismo inglês de Rochdale. E que tem uma dupla e contraditória face, tanto foi um instrumento de organização econômica da agricultura capitalizada, quanto foi utilizado para a promoção socioeconômica de agricultores familiares ao tentar solucionar os seus problemas de comercialização. É esta dupla

diferenciação que faz do cooperativismo tanto uma ideologia conservadora quanto transformadora das relações sociais, pois podem ser condicionadas pelos interesses das classes dominantes quanto podem favorecer os interesses das classes dominadas (Scopinho, 2007). Enfim, o cooperativismo pode ser usado tanto para favorecer grandes produtores agro-exportadores, quanto ser uma saída a descapitalização de agricultores/as familiares.

Entretanto, as cooperativas descentralizadas foram criadas para ser uma alternativa ao modelo centralizado de cooperativa. Diferentemente das cooperativas tradicionais, as descentralizadas tem a função de dar cobertura jurídica e legalidade à instalação de unidades descentralizadas de produção, realizadas através de contrato de comodato entre a cooperativa e o/a associado/a comodatário/a. A vantagem deste modelo é a autonomia de decisão de cada sócio/a de como produzir e administrar a propriedade. Cabe a cooperativa dar cobertura jurídica na parte de comercialização, entre outras funções (Estevam et al. 2011).

Desta maneira, as cooperativas descentralizadas catarinenses têm o objetivo de amenizar a questão da informalidade dos/as agricultores/as familiares, através da cooperação têm buscado alternativas. Embora em Santa Catarina as redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se constituem na mais recente forma de inovação organizativa da agricultura familiar (Estevam; Mior, 2014).

A Nosso Fruto se insere no modelo de cooperativas descentralizadas que respondem ao duplo desafio – manter as vantagens do agricultor individual (direito a previdência) e aceder àquelas de uma cooperativa (formalidade, comercialização)? Uma inovação contratual - a cessão em comodato do empreendimento individual à cooperativa – possibilita a viabilização dessa identidade híbrida (Wilkinson, 2014).

Essa forma de organização cooperativa tem contribuído na superação de importantes gargalos na comercialização de produtos dos/as agricultores/as familiares para o mercado formal de alimentos, particularmente, aqueles relacionados a legislações fiscais, sanitárias e previdenciárias, além disto, viabilizado escalas mínimas de produção e logística (Mior et al., 2014; Estevam et al., 2011). As cooperativas descentralizadas podem deste modo ser vistas como um mecanismo para viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares ao mercado.

As cooperativas descentralizadas possibilitam que inúmeras atividades que estavam abandonadas devido à monocultura do fumo e exigências sanitárias e fiscais, fossem resgatas, como é o caso da produção de pães caseiros (de aipim, milho, batata doce, batata cara, entre outros), bolachas, cucas, biscoitos caseiros, geleias, doces em pasta, conservas de frutas e

hortaliças, produtos de origem animal, como derivados de leite (queijo, ricota, manteiga, bebida láctea e outros) e derivados de carnes suínas e de gado (salame, linguiça, carnes defumadas, copa, torresmo, costelinha defumada, entre outros), verduras e frutas em geral, que estão sendo vendidos em feiras e para os Programas Institucionais (Estevam et al., 2012).

3. Pressupostos da economia solidária e seus aprendizados: estudo dos/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto

3.1 Aspectos gerais da Cooperativa Nosso Fruto

A Cooperativa Nosso Fruto, localiza-se em Criciúma/SC, município fundado em 1880 por imigrantes italianos provenientes do Norte da Itália (Vêneto), emancipado município em 04 de novembro de 1925. Localizado no sul de Santa Catarina possui 192.236 habitantes (IBGE, 2010), destes, 2.678 residem no campo e trabalham predominantemente em atividades rurais sob o regime familiar de produção. Outra característica marcante é a diversificação da produção, combinando produtos de alimentos com a de animais. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Criciúma, em 2010 era 0,788 e o município ocupava a 76^o posição no país e o 14^o lugar no *ranking* de Santa Catarina (IBGE, 2010).

A economia do município caracterizou-se, durante a maior parte do século XX, pela extração do carvão mineral que rendeu o título de “capital brasileira do carvão”. Atualmente, cidade é polo industrial em diversos setores, como: confecção, cerâmico, metal-mecânico, plástico e descartáveis, construção civil, materiais gráficos, entre outros. O município é o centro regional, possuindo a maior economia e a melhor infraestrutura da região sul catarinense (IBGE, 2010).

A Cooperativa Nosso Fruto foi fundada em 09/09/2004, com sede na Rodovia Luiz Rosso, 210 – Bairro São Luis - Criciúma/SC. A área de atuação, para efeito de admissão de associados/as, se concentra no município de Criciúma e região sul catarinense. Além de agricultores/as familiares, participaram da assembleia geral de fundação representantes da Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Criciúma, Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Agricultura de Criciúma, ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), entre outros (Estatuto, 2004).

Os objetivos da cooperativa Nosso Fruto são desenvolver atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento da produção de produtos agrícolas, beneficiados e agroindustrializados de seus/suas associados/as; garantir a distribuição equitativa, tanto de

seus custos e encargos, quanto de seus excedentes; promover o desenvolvimento educacional, técnico-profissional, social e econômico para o aprimoramento humano dos/as cooperados/as. Além disto, os/as fundadores/as acreditam na capacidade das pessoas alcançarem seus objetivos, pela cooperação e o desenvolvimento sustentável (Estatuto, 2004).

Na ocasião da pesquisa, a Nosso Fruto era composta por 81 associados/as, sendo 40,70% (33) do sexo feminino e 59,30% (48) do masculino. Em relação aos/as 20 entrevistados/as 35% (07) eram mulheres e 65% (13) homens. A idade média dos/as entrevistados/as era de 43 anos para as mulheres e 52 anos para os homens. Em relação ao tempo de filiação 07 eram sócio-fundadores/as, ou seja, estão na cooperativa a nove anos, 06 são associados/as a sete anos, 04 a oito anos, 02 cinco anos e 01 a três anos. Referente à quantidade de participantes no processo de produção nas propriedades, constatou-se um total de 40 pessoas envolvidas diretamente; contudo, este número aumenta em época plantio e colheita.

As atividades desenvolvidas nas propriedades são diversificadas, na pesquisa se verificou que são produzidos e comercializados 48 produtos diferenciados, tais como: frutas, legumes, hortaliças, farinha de milho e de mandioca, massas, biscoitos, entre outros. Verificou-se que todos/as entrevistados/as produzem e comercializam mais de uma variedade de produto.

A diversidade de atividades na agricultura familiar, segundo Wanderley (2009), é uma estratégia que não se destina, apenas, para ampliar o leque de produtos comercializados, mas também para garantir o auto-consumo e a autonomia familiar. Pois as dificuldades para sobreviver num mercado altamente competitivo são enormes, no qual se destaca os principais entraves: pequenas propriedades, custos elevados de produção, informalidade dos empreendimentos, o acesso às políticas governamentais, acesso a tecnologia, relações assimétricas com as agroindústrias e supermercados, entre outras. Em razão das influências exercidas por estes fatores é que o/a agricultor/a precisa buscar alternativas para agir num ambiente de incertezas, que exige flexibilidade, cooperação e criatividade. Nesse sentido, Singer (2003) coloca que as razões que levam um grupo de produtores rurais a se unirem em associações ou cooperativas estão relacionados ao fato de que a cooperação e a organização são indispensáveis para a sobrevivência.

A cooperativa Nosso Fruto se caracteriza por ser descentralizada e praticar os pressupostos da economia solidária. Tendo estas características se buscou saber se os/as associados/as percebem nesta forma de cooperativa tais princípios. As respostas obtidas demonstraram que para alguns/mas dos/as cooperados/as, num primeiro momento, se

associaram a cooperativa pela necessidade de formalizar a produção e comercialização. No entanto, com o passar do tempo os princípios da economia solidária foram sendo incorporados pelos/as cooperados/as, tais como: o trabalho em grupo, a autogestão da cooperativa, a cooperação entre os/as sócios/as e a autonomia, estes princípios são praticados no dia, embora, pouco conhecidos conceitualmente pelos/as cooperados/as.

A comercialização da produção ocorre, principalmente, nas feiras municipais, em que os/as entrevistados/as participam semanalmente, na propriedade e em supermercados locais. A venda de 'porta em porta', também, é um canal importante de comercialização e bastante utilizado pelos/as agricultores/as, sendo que para 08 entrevistados um dos principais meios de comercialização. Outro mercado importante são os programas institucionais, tais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), acessados por doze entrevistados/as.

Em relação às feiras, um importante espaço de venda para os/as cooperados/as, o estudo realizado por Estevam, Salvaro e Lanzarini (2014), apontam a sua importância para comercialização da produção das cooperativas descentralizadas, bem como, o seu (res)surgimento na última década na região. A comercialização da produção em feiras é vista pelos/as entrevistados/as como uma alternativa, ao possibilitar o contato direto dos/as produtores/as com os/as consumidores/as. Este contato permite conhecer preferências, criar vínculos de amizade e respeito que vão muito além do ato de vender alimentos e/ou artesanatos. Ou seja, as feiras possibilitam a criação de laços de confiança, amizade, reciprocidade e solidariedade.

Neste sentido, buscou-se levantar as dificuldades enfrentadas pelos/as entrevistados/as, para iniciar a diversificação de atividades nas propriedades. Os pontos ressaltados foram relacionados à comodidade da monocultura do fumo (a maioria dos/as pesquisados/as são ex-fumicultores), as empresas fumageiras controlam todo o processo, desde o fornecimento de insumos até a compra final da produção, além de fornecer assistência técnica. Este processo gera dependência, entendido por Demo (1998) como a fragilização de vínculos sociais e de ruptura de alguns deles, podem desencadear outros cortes, como déficits de integração e/ou vulneráveis a problemas diversos como perda do trabalho, de proteção social, entre outros.

Entretanto, para Picolotto (2008), as ações de movimentos de economia solidária têm propiciado a organização de trabalhadores/as em estabelecimentos associativos, a criação de postos de trabalho e a geração de renda. Estas transformações produzidas, principalmente ao cultivo de relações cooperativas e de solidariedade; produz o fortalecimento das possibilidades de empreendimentos cooperativos e autogestionados terem sucesso; o

desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva ser uma possibilidade; e, processos de construção de cidadania.

Em meio à grande diversidade e complexidade das formas de associativismo vivenciadas pelos diversos setores sociais e econômicos, os diferentes grupos sociais constroem e vivenciam suas próprias formas combinatórias como são os exemplos das cooperativas descentralizadas. Os processos de participação e de organização são processos permanentes e simultâneos de conquistas pessoais, grupais ou de toda a coletividade. Nesse movimento pessoal e social, a adaptabilidade, diversidade, equidade e incerteza são companheiras de jornada (Carvalho, 1994).

Como se pode perceber, em termos gerais houve melhoria das condições de vida das famílias. Para saber se houve variação na renda familiar, foi sugerido que fosse comparado o antes e o depois de se associar a Nosso Fruto. Todas as respostas foram afirmativas, os/as entrevistados/as asseguraram que houve aumento na renda depois de se associaram a cooperativa. O ponto mais destacado foi a valorização e a visibilidade dos produtos com a utilização da marca “Nosso Fruto”. Os/as entrevistados/as destacaram que “nunca tinham visto tanto dinheiro como agora” (E1). O E10 discorreu que: “O dinheiro entra quase todos os dias, não ficamos sem dinheiro, as vendas garantidas dos projetos do governo, nos permite planejarmos o futuro, isso ajudou muito o pequeno produtor rural”.

Neste caso, se pode afirmar que os/as associados/as conseguiram se capitalizar e desenvolver mecanismos de subsistência, por meio da cooperação, além de melhorar o relacionamento entre os/as mesmos/as e a comunidade local, ao mesmo passo em que, simultaneamente, facilita o processo produtivo e de comercialização (Fonseca, 1998). Após formarem um grupo associativo, segundo Miranda (1998), os/as sócios/as passam a se relacionar melhor entre si e com o mercado, obtendo maior poder de barganha.

Sobre o significado da cooperativa Nosso Fruto para os/as cooperados/as, as respostas obtidas foram às seguintes: 5 dos/as entrevistados/as, “significa um progresso, uma forma de sair da mesmice”; outros/as 10 definem como sendo “um jeito novo de se trabalhar em conjunto” e para 5 “uma ‘escora’, ‘um esteio’, uma garantia para o pequeno produtor rural”.

3.2 Cooperativas descentralizadas e economia solidária, na perspectiva dos/as cooperados/as

Primeiramente buscou-se saber a compreensão dos/as cooperados/as sobre o significado da Economia Solidária. Alguns/mas não sabiam falar do tema, outros tinham tido contato em feiras e eventos, mas não conseguiam definir. A seguir algumas das respostas obtidas sobre o

tema: “A Economia Solidária é uma forma de um grupo de pessoas trabalharem juntas, os produtos são comercializados em conjunto.” (E1). “A Economia Solidária as pessoas praticam um preço justo nos produtos” (E2). “A Economia Solidária é uma venda de produtos diretamente entre pessoas, uma economia em defesa do meio ambiente e do próximo.” (E15).

Por se tratar de agricultores/as familiares, que se uniram inicialmente para manter-se no mercado e comercializarem a produção através da cooperativa, em busca da formalidade da produção. Como já foi referido, muitos/as dos/as cooperados/as eram produtores de fumo que passaram por dificuldades financeiras e de saúde, vindo na Nosso Fruto foi a saída encontrada para permanecer na atividade rural.

As cooperativas descentralizadas são uma forma de promover o desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais, com capacidade de melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, a Nosso Fruto, segundo os/as associados/as é mais do que um meio para gerar emprego e renda, é uma maneira de promover o desenvolvimento social e econômico, através da ajuda mútua e da solidariedade entre cooperados/as.

Para os/as cooperados/as que responderam conhecer os princípios da economia solidária, os mais citados e que são aplicados na Nosso Fruto foram os seguintes: autogestão, democracia, solidariedade, preocupação com a comunidade e ajuda mútua. Ainda dentro deste contexto foram perguntados se tem participado de cursos sobre cooperativismo, todos responderam que já tinham participado de cursos realizados por meio do SEBRAE/SC e Epagri.

A participação dos/as cooperados/as têm se concretizado na participação efetiva em reuniões e assembleias. Todos os/as entrevistados/as afirmaram que participam de todas as reuniões e assembleias realizadas pela cooperativa. Essa participação dos/as cooperados/as é importante por que está relacionado aos princípios do cooperativismo e da economia solidária, pois se não houver participação ativa de associados/as nas atividades a mesma perdera seu caráter solidário, autogestionário e democrático.

Entretanto, em relação à autogestão, como princípio e prática, segundo Lima (2015), os EESs se constituem como elemento híbrido, que combina características e objetivos dos movimentos sociais e políticos às de empreendimentos econômicos que têm como objetivo gerar trabalho e renda. Neste sentido, necessita de instrumentos e práticas de gestão coerentes com as características e com os pressupostos da economia solidária. Ao mesmo tempo, os EESs estão submetidos às regras do mercado vigente e, para sobreviverem, precisam se adaptar às regras, neste sentido a Nosso Fruto mostrou-se coerente a este duplo desafio de

seguir os pressupostos da economia solidária e manter-se no mercado em constante transformação.

Considerações finais

Conforme os pressupostos da economia solidária, a cooperativa não deve ser, apenas, um meio de geração de trabalho e renda, mas também uma forma de promover o desenvolvimento social e econômico dos/as associados/as e da comunidade em que está inserida.

Os resultados da pesquisa apontam que os pressupostos da economia solidária, ainda, não são bem conhecidos dos/as cooperados/as. Alguns/as desconhecem tais pressupostos e, ainda, se constatou a falta de credibilidade no cooperativismo, pois alguns/mas agricultores/as foram iludidos/as no passado por algumas cooperativas tradicionais.

Como foi observado no decorrer das análises das informações, muitos/as dos/as associados/as, se não a grande maioria, não se inseriram na cooperativa, pelos seus princípios, mas pela necessidade de legalizar a produção e pelas dificuldades que encontravam em vender seus produtos. Com a formalização os/as cooperados/as tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos em mercados, feiras e Programas Institucionais, os oportunizado a se organizarem e obter melhoria na renda, bem como fortalecer sua cultura, ter melhor qualidade de vida e sem deixar a condição de agricultores/as.

Em síntese, pode-se perceber que os/as cooperados/as mesmo sem conhecer os pressupostos da Economia Solidária incorporaram através da experiência vivida. A junção desses princípios de certo modo, constitui uma forma de pensamento e argumentação sobre a experiência de autogestão, que visa à consolidação do modelo de cooperativismo autogestionário da Economia Solidária.

Referências

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. (2006), *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

BRASIL (2013). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. CONAB – Campanha Nacional de Abastecimento. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_papel_conab.html> Acesso em: 12 fev. 2015.

CARVALHO, H. M. (1994), *A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania*. Brasília, DF: SEPLAN-PR.

- DEMO, P. (1998), *O Charme da exclusão social*. Campinas, SP: Autores Associados. (Polêmicas do nosso tempo, 61).
- EID, F.; CHIARIELLO, C. L. (2007). « A economia solidária diante do debate entre os pensamentos liberal e marxista contemporâneo sobre a organização do trabalho nas cooperativas ». In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Salvador. Anais.
- ESTATUTO (2004). Estatuto social da cooperativa Nosso Fruto.
- ESTEVAM, D. O. et al (2011). « Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina ». *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.28, n.2, p.485- 507.
- ESTEVAM, D. O. et al (2012). « Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região sul do estado de Santa Catarina ». *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 5, n. 2.
- ESTEVAM, D. O. E.; MIOR, L. C. (2014). *Inovações na Agricultura Familiar: as Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.
- ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. J.; LANZARINI, J. J. S. (2014). Feiras livres e mercados de proximidades ». In: ESTEVAM, D. O. E.; MIOR, L. C. (2014). *Inovações na Agricultura Familiar: as Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular
- FBES (2015). v Carta de princípios da economia solidária ». Brasília, DF. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63>. Acesso em: jan. 2015.
- FONSECA, Z. L. (1998). « Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias. Viçosa: Ed. UFV.
- GAIGER, L. I. (2008). « A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes ». *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.11-19, jan./jun. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4755/4035>>. Acesso em: jan. 2015.
- GUIMARÃES, G (2000), « Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda ». In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- IBGE. (2010), Censo demográfico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>, [consultado em 02-12-2014].
- LAVILLE, J. L. (2009), Solidariedade. In.: Cattani, A. et al (eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 310 - 314.
- LIMA, M. G. (2015). Autogestão e “Gestão de Pessoas”: desafios e possibilidades para desenvolvimento de um sistema a partir dos princípios da economia solidária. In.: Coutinho, M. C.; Furtado, O.; Raitz, T. R. (Orgs.). *Psicologia Social e trabalho perspectivas críticas*. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC.
- LISBOA, A. M. (2005). Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115.
- MAGRO, M. L.; COUTINHO, M. C. (2008). Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 703-711,

out./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a08> Acesso em 21 fev. 2015.

MIOR, L. C. et. al., (2014), « Inovações organizacionais da agricultura familiar: as agroindústrias e cooperativas descentralizadas no sul catarinense ». Goiânia/GO: 51^a SOBER.

MIRANDA, Denise. (1998), « Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares ». Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MOTTA, F. C. P. et al. (1987), *Ensaio sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural.

NICOLLETTI, M. X. (2011). Economia solidária e identidade: autogestão no trabalho como experiência emancipatória. São Paulo: Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – USP).

PICOLOTTO, E. L. (2008). Novos movimentos sociais e econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 74-92, jul./dez. Disponível em: . Acesso em: 1 mar. 2010.

RIOS, G. S. L. (1989), *O que é cooperativismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.

SINGER, P (2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) (2003), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

SCHNEIDER, J. E. (1981). O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In.: LOUREIRO, M. R. (Ed.), *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, pp. 11-40.

SCOPINHO, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>> Acesso em 13 fev. 2015.

SOUZA, A. R.; SANCHEZ, F. J. B. (2015). Um decenal balanço empírico e político da economia solidária. In.: Livro de Atas do 1^o Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. P. 690 – 704.

WANDERLEY, M. N. B. (2009). Raízes histórica do campesinato brasileiro. In: Wanderley, M. N. B. *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, pp.155-183.

WILKINSON, J. (2014). Prefácio. In.: ESTEVAM, D. O. E MIOR, L. C. *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.